

O “Almenara”: as Religiões Afro-Brasileiras em um periódico de oposição à Federação Espírita Brasileira (meados do século XX)

“Almenara”: Afro-Brazilian religions in an opposition periodical to Brazilian Spiritist Federation (mid-20th century)

Artur Cesar Isaia¹

Pedro Paulo Amorim²

RESUMO: Este texto trata da luta travada por um periódico espírita: o “Almenara”, como porta-voz de uma dissidência frente à Federação Espírita Brasileira. Uma das questões que envolve esta dissidência é a da aceitação como espíritas, das manifestações dos espíritos ancestrais que ocorrem nas Religiões Afro-Brasileiras, notadamente na Umbanda. A publicação em estudo fazia questão de demarcar a fronteira que deveria separar o Espiritismo, codificado por Allan Kardec de uma multiplicidade ritual genericamente abrigadas nas chamadas Religiões Afro-Brasileiras. Esta luta integrou o âmbito maior da contestação de alguns espíritas brasileiros em relação à tentativa de unificação doutrinária encabeçada pela Federação Espírita Brasileira no documento chamado “Pacto Áureo”, firmado em 1949.

PALAVRAS-CHAVE: Religiões Afro-Brasileiras. Espiritismo. Umbanda.

ABSTRACT: This text regards the fight waged by a spiritist periodical: “Almenara”, as mouthpiece of a dissent in face of Brazilian Spiritist Federation (FEB – acronym in Portuguese). One of the issues which involve this dissent is, precisely, FEB’s acceptance of ancestral spirits manifestations that occur within Afro-Brazilian Religions, notably within Umbanda, as Spiritism modalities. The publication as a study was keen on demarcating the border which, according to its judgment, should separate the Spiritism, encoded by Allan Kardec, from the ritual multiplicity generically abridged within the so-called Afro-Brazilian Religions. This fight integrated the wider contestation scope of some Brazilian spiritists regarding the doctrinaire unification effort headed by Brazilian Spiritist Federation in the document called “Pacto Áureo” signed in 1949.

KEYWORDS: Afro-Brazilian Religions. Spiritism. Umbanda.

Introdução

O Brasil abrigou de forma particularmente exitosa o Espiritismo codificado na França em meados do século XIX. Para esta recepção exitosa, sem dúvida colaborou a existência de um caldo de cultura no qual, entre outros fatores, se sobressaía uma familiaridade muito grande com os ancestrais falecidos. Neste sentido a experiência multicultural africana desempenhou um papel fundamental na composição com o Espiritismo. A diluição das

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq. artur@uol.com.br.

² Mestre e Doutorando em História, UFSC. pedropaulo.amorim@gmail.com.

fronteiras entre o mundo material e a presença dos ancestrais mortos era particularmente importante na cultura dos povos tradicionalmente englobados como pertencentes ao grupo etnolinguístico banto. Pensamos que não é mera coincidência a aclimatação de uma nova modalidade ritual de invocação aos ancestrais, a Umbanda, no sudeste brasileiro da primeira metade do século XX: justamente em uma região onde a diáspora africana concentraria salientemente aquele grupo. A linearidade entre a formação da Umbanda no Brasil e os bantos foi defendida por Arthur Ramos. Esta linearidade não é tomada de forma absoluta por Emerson Giumbelli que relativizou as colocações de Arthur Ramos, enfatizando o papel do Espiritismo na estruturação da Umbanda. Enfatizando-se a familiaridade banto com a diluição das fronteiras entre vivos e mortos, ou valorizando-se a influência do Espiritismo francês do século XIX, o certo é que uma nova forma de invocação aos espíritos ganha realidade no sudeste brasileiro na primeira metade do século XX: a Umbanda. Por outro lado, não podemos esquecer a mesma presença do culto aos ancestrais, aos primeiros donos da terra, os índios, nos chamados “Candomblés de Caboclo”, estudados por Jocélio Telles dos Santos na Bahia. Obviamente estamos traçando um quadro bastante esquemático e introdutório dessas composições, deixando de lado experiências riquíssimas, nas quais apareciam os ancestrais mortos, invocados ou reverenciados em outras formas rituais¹.

A questão tratada neste texto é a da reação do Espiritismo brasileiro à saliência com que a invocação aos espíritos vai aparecer nas diversidades rituais englobadas como “Religiões Afro-brasileiras”, sobretudo em meados do século XX. Vamos tomar como fonte de estudo um periódico emblemático para a compreensão dos embates, que o “Almenara”. O referido jornal aparece como referência na defesa de uma propalada “pureza” doutrinária espírita. Elegemos o jornal “Almenara” como fonte de estudo, devido à sua peculiar posição frente ao campo espírita brasileiro: um jornal de oposição à Federação Espírita Brasileira (FEB), o qual vai contestar a tendência “ecumênica” inicialmente evidenciada por aquela instituição frente ao que poderia ser considerado Espiritismo.

O Pacto Áureo e o projeto hegemônico da FEB

A segunda metade da década de 1940 e a década seguinte balizam o período fundamental para o desenvolvimento do Campo Espírita Brasileiro, marcado pela assinatura do chamado Pacto Áureo, apontado pela FEB, através do seu órgão oficial, fundado em 1883, “O Reformador”, como “o evento de mais alta significação em sua história”. Refere-se “O Reformador” ao acordo assinado em 1949, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de dirigentes espíritas de várias federações e uniões estaduais e nacionais, para tentar por fim às históricas divergências que ocorriam no movimento espírita. O acordo é festejado por “O Reformador” como o atestado maior da união do movimento espírita brasileiro. Mesmo aqueles que não concordaram ou não concordam com a assinatura do pacto, são unânimes em declarar a sua importância para a compreensão dos rumos tomados pelo movimento espírita no Brasil. Contudo, o Espiritismo encontra-se longe da unanimidade em relação aos benefícios ou malefícios proporcionados pela adoção do Pacto Áureo. Assim, desde a assinatura do acordo, alguns importantes intelectuais e dirigentes espíritas como José Herculano Pires, Deolindo Amorim, Carlos Imbassahy e Júlio Abreu Filho, citados aqui apenas como exemplo, foram contrários ao mesmo. Desta forma, encontramos-nos diante daquilo que Roger Chartier denominou de luta de representações, onde diversos integrantes do campo espírita brasileiro batalharam pela imposição de suas representações e apropriações aos demais componentes deste mesmo campo.

Como reações ao Pacto Áureo surgem, entre outros, dois jornais, “O Poder” e “Almenara”. O primeiro fundado em Belo Horizonte por Arlindo Correia da Silva, no ano de 1947. Arlindo foi um dos primeiros a criticar o Pacto, através de uma série de artigos contra o novo plano federativo no ano de 1952, ficando conhecido no meio espírita, por ser o responsável pelo trocadilho “Pato Áureo” utilizado até os dias de hoje quando se quer depreciar o acordo. O segundo foi fundado no Rio de Janeiro, em 1952, por Antonio Pereira Guedes² e possuía uma linha editorial bem mais agressiva em relação ao Pacto. Por cerca de oito anos, esse jornal lutou incessantemente contra a Federação Espírita Brasileira e o seu Conselho Federativo Nacional.

O “Almenara”: as críticas ao “ecumenismo” da FEB

O título do jornal fundado por Antônio Pereira Guedes é indiciário do objetivo pretendido pelo fundador. “Almenara” remete à figura de um farol ou fogueira, que ilumina e pode ser visualizado do alto. Fica, assim, clara a intenção de Antônio Pereira Guedes em nomear e representar o seu jornal como um lugar especial de observação, capaz de, comentar, lutar, vigiar e defender o que entende como Espiritismo.³ Logo no número inicial o jornal já dizia ao que vinha quando estampava em sua página a seguinte manchete: “Os Próprios Espíritas decretam a Falência do Espiritismo no Brasil”. O jornalista, editor e diretor responsável do jornal em seu artigo inicial afirmava que “Hoje não há mais respeito ao magnífico ideal. Conspurca-se a Doutrina, malbaratando o tesouro da Revelação”. Entre as diversas questões defendidas e combatidas pelo jornal ao longo dos anos destacamos aqui aquelas que dizem respeito ao relacionamento entre Espiritismo e a Umbanda. Esta era uma antiga questão que envolvia a Federação Espírita Brasileira, os Centros Espíritas, os Centros Umbandistas e os intelectuais de ambas correntes religiosas.

O Movimento Espírita Brasileiro, notadamente aquele institucionalizado, desde os primórdios do século XX, vinha desenvolvendo uma política em busca da afirmação de sua identidade, buscando o afastamento das religiões afro-brasileiras⁴. O esforço identitário do “Almenara” na direção de uma almejada “pureza” espírita já aparece no editorial do seu terceiro número. Neste editorial Pereira Guedes traçava o perfil dos considerados “adversários” do Espiritismo e nomeava o que não poderia estar qualificado como espírita.

Aos que vivem à sombra do Espiritismo explorando o povo sob qualquer aspecto, nós os alertamos, convocando-os ao trabalho honesto.

Os que tumultuam a doutrina, que transformam os templos em pagodes orientais conduzindo o Espiritismo à idolatria, nesse retrocesso avassalador que estamos testemunhando, serão os nossos mais visados adversários, sem contudo fugirmos à norma doutrinária da fraternidade.

[...]

Se entrarmos em uma “tenda umbandista”, o fazemos como o mesmo espírito de fraternidade, mas, nem por isso seríamos capazes de abdicar do

nosso direito de ser franco, dizendo a verdade, acima de tudo: “*Umbanda*” não é *Espiritismo*’.

[...]

O nosso espírito de fraternidade jamais chegará ao ponto de fundirmos ou confundirmos Espiritismo com mediunismo, “umbanda” com Espiritismo...

Interessante é que, se Pereira Guedes mostrava distância frente à FEB, buscava legitimar sua posição, justamente em um dos bens simbólicos mais caros a ela: o médium Francisco Cândido Xavier, através da “voz” autorizada de seu mentor Emmanuel⁵:

[...]

Agora, tendo em vista o que pretendem alguns confrades, apoiados num parecer de M. Quintão que as comunicações de caboclos e africanos são Espiritismo mas não são Doutrina Espírita; parecer esse publicado em 1926, acham esses confrades que o mesmo se aplica também à Umbanda que, sendo Espiritismo não é entretanto Doutrina Espírita.

Ora, se Espiritismo e doutrina Espírita é a mesma coisa, no dizer de Kardec, e como temos afirmado que Umbanda não é Espiritismo, e sim mediúnismo, resolvemos dirigir a Emmanuel as seguintes perguntas:

SENDO O ESPIRITISMO UMA DOCTRINA (Doutrina dos Espíritos) as manifestações de espíritos, fora dos preceitos doutrinários do Espiritismo é Espiritismo?

Umbanda é Espiritismo?

Pedro Leopoldo 21-XI-1952

Resposta de Emmanuel

[...]

Assim sendo, Espiritismo é Espiritismo – cristianismo redivivo na Terra – Evangelho em marcha evolutiva e ascensional, no espaço e no tempo, com a supervisão do Cristo e colaboração do seu apóstolo que conhecemos por Allan Kardec.

[...]

A pergunta não nos convida a qualquer manifestação além do esclarecimento declaratório, mas, afirmando a nossa condição de companheiros e de irmão, sem o investimento de qualquer autoridade para pronunciamentos definitivos, agradecemos a confiança do seu coração devotado ao estudo, permitindo-nos asseverar a nossa necessidade de entendimento recíproco em torno da Verdade, em expressões de compreensão e bondade, respeito e auxílio mútuos, a fim de que, honrando a nossa Doutrina como templo de sabedoria, não venhamos a falhar como expoentes dela na plantação do Amor, que nos conduzirá com todos os que nos cercam, à glória de redenção. Emmanuel.

[...]

Não. Não basta as manifestações! Mediunismo é uma coisa, Espiritismo é Espiritismo.

Tentando marcar as fronteiras que deveriam separar Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras, Pereira Guedes insistia na oposição à FEB. Esta, desde 1926, aceitava que as manifestações mediúnicas dos Caboclos e Pretos Velhos existentes na Umbanda, poderiam ser aceitas como espíritas, apesar de reconhecer o seu afastamento da doutrina espírita.

Em outubro de 1926, pela primeira vez a Federação Espírita Brasileira organizou o “Conselho Federativo”, composto de delegados das associações federadas, cujas teses em número de vinte e uma, apesar da exiguidade do tempo destinado aos trabalhos, de 3 a 8 de outubro, insuficiente, portanto, para um estudo mais aprofundado dos assuntos, as teses foram discutidas, sôbre as quais as comissões se pronunciaram;

[...]

Vamos, porém, focalizar desta vez, apenas o assunto da tese da referida instituição (“Tenda Espírita Caridade”), apresentada ao Conselho de 1926, sobre as manifestações mediúnicas de “caboclos” “africanos” ou “pretos-minas”, que, em síntese dizia:

“Devem ter-se como de “caboclos”, conforme o entendem muitos, ou como simples vício ou satisfação do médium em transmitir com tais características, as manifestações em linguagem de “africano” ou “preto-mina”, e sobre se se deve também admitir ou não que certos médiuns, influenciados por “Espíritos atrasados”, podem fazer mal a determinadas pessoas servindo-se de elementos materiais que dizem indispensáveis a tais efeitos”.

“A conclusão do parecer está assim concebida: A FEDERAÇÃO, EM TESE, NÃO INFIRMA AS MANIFESTAÇÕES DE “CABOCLOS”, NEM “PRETOS”, CONQUANTO NÃO AS ADOTE COMO NORMA MAIS EFICIENTE DE TRABALHO. ACATA, PORÉM, TODOS OS BONS FRUTOS, COMO TAIS RECONHECEMOS”.

[...]

Em 1926 quando ainda se não falava em “Umbanda” e que se pretendeu ouvir a opinião de um Conselho sobre as manifestações de espíritos que se apresentavam como sendo de “caboclos” ou “africanos”, em linguagem arrevesada, o parecer da comissão, em que alguns dos seus membros se abdicavam da própria opinião para concordarem com a do relator (M. Quintão), foi o seguinte: “SÃO, NÃO HÁ NEGAR, ESPIRITISMO, PORÉM NÃO SÃO DOUTRINA ESPÍRITA”. O que nós diríamos: São, não há negar, MEDIUNIDADE, porém não são Espiritismo ou Doutrina Espírita.

Hoje, em carta bem recente, datando de 1949, M. Quintão, restituindo, os originais do livro de Alfredo D’Alcantara – UMBANDA EM JULGAMENTO – diz: “De fato, abeberando-se nas melhores fontes de origem, acompanhando, comparando e, o que mais é, observando *in*

naturabilis as práticas e ritos do culto de Umbanda, em nosso país, consegue você deixar patente e definido, de uma vez para sempre, que nada existe de comum que justifique confusões com a Doutrina Espírita codificada por Allan Kardec, e cultivada, e prosseguida como Revelação indefinida, universal, progressiva no Tempo e no Espaço, fundamentalmente evangélica, portanto, sem dogmas nem ritos.

[...]

Do alto da sua torre de observação, Pereira Guedes não dava tréguas à FEB, tendo como principais alvos de ataque à unificação doutrinária tentada com o “Pacto Áureo” e o que considerava um abastardamento do Espiritismo: a aceitação das manifestações dos Caboclos e Pretos Velhos na Umbanda, como modalidade espírita. Assim, em 1953 vamos ver Pereira Guedes insurgindo-se contra o pronunciamento do Conselho Federativo Nacional da FEB, datado de maio daquele ano. Neste pronunciamento, o Conselho Federativo asseverava que a FEB, considerada a “Casa Mater” do Espiritismo congregava várias “modalidades” do mesmo, incluindo entre elas a Umbanda. Contra esta postura colocava-se Pereira Guedes, tentando evidenciar o que considerava uma contradição no posicionamento “ecumênico” do órgão. Para Pereira Guedes o próprio Conselho Federativo demarcava a distância entre o Espiritismo e a Umbanda ao esclarecer os fundamentos do primeiro:

Doutrina religiosa, sem dogmas pròpriamente ditos, sem liturgia, sem símbolos, sem sacerdócio organizado, ao contrário de quase todas as demais religiões, não adota em suas reuniões e em suas práticas: a) Paramentos ou quaisquer vestes especiais; b) Vinho ou qualquer bebida alcoólica; c) Incenso, mirra, fumo, ou substâncias outras que produzam fumaça; d) Altares, imagens, andores, velas e quaisquer

Doutrina religiosa, sem dogmas pròpriamente ditos, sem liturgia, sem símbolos, sem sacerdócio organizado, ao contrário de quase todas as demais religiões, não adota em suas reuniões e em suas práticas: a) Paramentos ou quaisquer vestes especiais; b) Vinho ou qualquer bebida alcoólica; c) Incenso, mirra, fumo, ou substâncias outras que produzam fumaça; d) Altares, imagens, andores, velas e quaisquer objetos materiais como auxiliares de atração do público; e) Hinos ou cantos em línguas mortas ou exóticas, só os admitindo, na língua do país, exclusivamente em reuniões festivas realizadas pela infância e pela juventude e em sessões ditas de efeitos físicos; f) Danças, procissões e atos análogos; g) Atender a interesses materiais terra-a-terra, rasteiros ou mundanos; h) Pagamento por toda e qualquer graça conseguida

para o próximo; i) Talismã, amuletos, orações miraculosas, bentinhos, escapulários.

Para Pereira Guedes, se a FEB permanecesse coerente a este posicionamento, a “pureza” doutrinária estava garantida. Contudo, essas elucidações não eram suficientes, uma vez que a FEB adotava uma dubiedade doutrinária, para o autor, comprometida mais com a dinâmica do mercado editorial do que com a obra de codificação espírita. Interessante é que Pereira Guedes já detectava um promissor segmento voltado para livros com temática espírita, que tanto fomentaria o mercado editorial brasileiro nas décadas seguintes. O “Almenara” via o “ecumenismo” de FEB relacionado à sua leniência frente à proliferação das práticas mediúnicas de orientação afro-brasileira relacionada, portanto, a uma questão material. Esta proliferação estava, para Pereira Guedes, intimamente relacionada a uma diversificada demanda de livros de temática mediúnica, agora incrementada com obras doutrinárias umbandistas.

A Federação passou a ter um novo aspecto, muito semelhante a um escritório comercial, perdendo definitivamente, aquela linha democrática e conduta evangélica que lhe imprimiram os seus fundadores e conservaram os que por ali passaram, até Guillon Ribeiro.

A partir de 1943, a única preocupação do presidente, é o Departamento Editorial. Lá é o seu campo de ação. Lá está a sua vida, o seu pensamento, a sua alma. Só a indústria do livro lhe interessa, e a Doutrina tornou-se para ele coisa de somenos. Coisa que pouco lhe interessa. O livro é tudo. O estoque imenso e pequena a praça para a venda da enorme produção.

Amplia-se, pois, a praça, e, para tanto surge a propaganda: *Umbanda em direção a Kardec.*

O esforço identitário, visando à separação do Espiritismo, das manifestações mediúnicas dos Caboclos e Pretos Velhos cultuados na Umbanda, é ratificada em artigo da autoria de Rodolfo Coelho Cavalcante.

[...]

Quem é adepto da Umbanda pode ser católico, pois, ainda aceita o batismo, a crisma, a confissão, o uso de velas, o casamento eclesiástico, a missa, etc.

Quem é Espírita deixou de ser católico, pois, instruído nos livros de Kardec, já não aceita os rituais e as liturgias da Igreja Romana.

[...]

Ser umbandista é quase ser católico. O espírita é somente espírita.

[...]

A Umbanda não é Espiritismo. A Umbanda tem do Espiritismo somente as manifestações dos Espíritos, isto também possuem as demais religiões.

[...]

Umbanda é Umbanda e Espiritismo é Espiritismo.

O artigo de Rodolfo Coelho Cavalcante explora as oposições identitárias construídas entre Umbanda e Espiritismo, apelando para outra oposição que ampliava as cores do jogo imaginário proposto por Pereira Guedes: a oposição entre Espiritismo e Catolicismo. Ao aproximar a Umbanda do Catolicismo, o artigo tentava evidenciar a impossibilidade de trazê-la para o convívio com o Espiritismo. Aliás, a luta contra a persistência da FEB em defender, desde 1926, a Umbanda como uma modalidade de Espiritismo levava o “Almenara” a atacá-la de forma tão agressiva, que um colaborador, Julio de Abreu, chegava a acusar a Federação de adulterar as próprias palavras do “mundo espiritual”. Esta acusação soava como gravíssima no contexto espírita, já que a FEB era acusada, de modificar a seu bel prazer e visando ao seu interesse próprio uma psicografia de Francisco Cândido Xavier, referente ao livro “Brasil Coração do Mundo Pátria do Evangelho” e a inclusão de Jean Baptiste Roustaing⁶ como destacado colaborador de Kardec.

Na argumentação defendida pelo “Almenara”, Pereira Guedes chegou a fazer menção a um dos intelectuais, considerados pioneiros da Umbanda, Antônio Eliezer Xavier de Souza, autor de uma obra vinda a público em 1933, “O Espiritismo, a Magia e as Sete Linhas da Umbanda”. É importante salientar que a argumentação de Leal de Souza era justamente contrária a defendida por Pereira Guedes. Já o título da obra sinaliza para a defesa de um “Espiritismo de Umbanda”, tão endossado pelos primeiros intelectuais umbandistas. Leal de Souza defendia que o Espiritismo “em construção”, capaz de congregar o que considerava as suas várias modalidades, como a Umbanda: “O Espiritismo não é clava para demolir, é uma torre em construção e quanto mais se levanta tanto mais alarga os horizontes e a visão de seus operários, inclinando-os à tolerância, pela melhor compreensão dos fenômenos da vida.”

Contudo, Pereira Guedes refere-se a uma entrevista de Leal de Souza, em direção totalmente oposta ao posicionamento do último e tecendo uma relação entre ‘baixo Espiritismo’ e as Religiões Afro-Brasileiras. Pereira Guedes continuava a relacionar o que denominava de “umbandismo” com as práticas católicas, reafirmando a oposição imaginária, a relação de alteridade com o Espiritismo. Por outro lado, a construção imaginária da alteridade do Espiritismo em relação à Umbanda era aprofundada ao salientar, o autor, o caráter mágico das práticas umbandistas:

Naquela época, em 1925 e 1926, não se falava em Umbanda, por isso, a referência feita por Leal de Souza (Entrevista de Leopoldo Cirne dada a Leal de Souza em 1925 no jornal A Noite), ao “baixo espiritismo”, hoje evoluído para Umbanda, misto de catolicismo e africanismo, conforme acentua Manuel Quintão: “de fato, nada existe de comum entre Espiritismo e o que aí floresce com rótulo de UMBANDISMO e não passa, no Fundo, da velha MAGIA (branca ou negra) ou ainda, em tempos de menor confusão – MACUMBA, CANGERE, FEITIÇARIA... Muito embora tenha sido esse ilustre confrade, o autor do parecer do Conselho de 1926, causador principal de toda essa balburdia, por ter concluído que a manifestação de espírito de “preto e caboclo” é espiritismo, não sendo porém, doutrina espírita. Esdrúxula conclusão, da qual não se afasta o velho confrade, muito embora tenha escrito, prefaciando o livro de Alfredo d’ Alcantara – UMBANDA EM JULGAMENTO – “quisera, ainda aqui, falar de outro galardão que este seu livro reivindica, qual o da oportunidade, dada à mística esdrúxula que aí está florescendo em nossos círculos doutrinários, a forçar um sincretismo absurdo, abstruso, baralhante (sic) de todos os valores”.

Leal de Souza, o intelectual umbandista citado por Pereira Guedes, havia procedido a um estudo sobre Espiritismo, publicado em uma série de artigos no jornal “A Noite”, na década de 1920 e, no início dos anos 1930, escreveu outra série de artigos, publicados no “Diário de Notícias”, os quais deu origem ao livro “O Espiritismo, a magia e as Sete Linhas da Umbanda”, no qual se opunha a qualquer interpretação hierarquizante do Espiritismo, defendendo a existência de um ritual e neste o papel da magia, no que considerava ser a conformação brasileira da doutrina espírita: a Umbanda. Em posição totalmente contrária, Pereira Guedes não poupava palavras para aprofundar a oposição entre o que considerava a pureza da obra de codificação espírita e as religiões Afro-Brasileiras. O “Almenara” chegava a

jogar com um interdiscurso, no qual o preconceito, longe de estar ausente, afirmava-se como importante recurso discursivo. Assim, ao lamentar o que considerava uma tendência mística do Espiritismo no Brasil, reafirmava a “contaminação” tanto da “casta sacerdotal” católica, quanto da invocação aos ancestrais ocorridas nas Religiões Afro-Brasileiras:

Hoje é comum confundir-se o Espiritismo com as práticas mediúnicas, sejam em centros espíritas ou nos mais sórdidos e nauseabundos terreiros de canjerê, onde predominam o fedor de tabaco mesclado à cachaça e o cheiro característico e natural de corpos suados que se agitam em suas danças de origem afro-selvagens.

A argumentação de Pereira Guedes, ao construir a oposição abissal entre o Espiritismo e as Religiões Afro-Brasileiras, reforçava teses como as de Raymundo Nina Rodrigues, que afirmava o componente considerado “anormal” da cultura e da sociedade brasileira, remetendo-o ao convívio da elite branca com os negros. Esta “promiscuidade”, para Pereira Guedes, chegava ao Espiritismo, em sua opinião, conspurcado pelas práticas evidenciadas nos “mais sórdidos e nauseabundos terreiros de canjerê”.

Em 1958 realizou-se em São Paulo, o II Congresso Brasileiro de Jornalistas Espíritas. O posicionamento contrário ao “ecumenismo” da FEB aparece claramente no referido evento. Pereira Guedes, obviamente, vai endossar as conclusões do referido Congresso, entre as quais se salientava a necessidade da recorrência à obra de codificação kardequiana para qualificar-se uma prática mediúnica como espírita. As manifestações dos Caboclos e Pretos Velhos da Umbanda, a existência de um ritual, ou seja, todas as características do propalado “Espiritismo de Umbanda” não podiam ser aceitas, uma vez que:

O desenvolvimento do Espiritismo, no plano de seu enriquecimento doutrinário, não representa, nem pode representar uma superação da Codificação de Allan Kardec, mas apenas um desenvolvimento cultural e espiritual dos princípios daquela Codificação.

O Espiritismo constitui uma síntese de conhecimento, representando uma base ideológica para o nosso século, sob a qual deverá desenvolver-se a civilização do futuro.

Qualquer confusão entre Espiritismo e formas primitivas de manifestação mediúnica, manifestações de sincretismo religioso ou formações doutrinárias

personais, ou de grupos, não passam de incompreensão da Doutrina Espírita, não podendo a ela ser incorporadas. [...]

O “Almenara” no seu afã de radicalizar as balizas identitárias que deveriam separar o Espiritismo e outras práticas mediúnicas denunciava um “vale tudo” doutrinário no qual apareciam, além da Umbanda, entre outros, a Legião da Boa Vontade fundada por Alziro Zarur, o espiritualismo de Ramatis⁷, bem como a obra de Roustaing, por nós já referida anteriormente.

[...]

Como se não fosse suficiente o caruncho doutrinário do roustanguismo, a corroer a casa mater e espalha-se entre as afiliadas, surgem ainda Zarur, Umbanda, a Religião Universal, o Partido Espiritual Socialista, as Fraternidades André Luiz, as baboseiras ramatizianas, e outros quejondas. Profetas da terra e profetas do espaço, videntes do aquém e do além, semeiam o joio a mancheias na terra farta da seara indefesa.

Nem a obra de Kardec é poupada. Para uns, está superada e deve ser substituída por novos ensinamentos provenientes de fontes mediúnicas de qualquer categoria.

[...]

Para outros, ainda, é simplesmente o “vale-tudo”, pois tudo o que sirva para fazer barulho deve ser usado.

A crítica do “Almenara” à exegese “ecumênica” da FEB frente às práticas mediúnicas existentes no Brasil e endossadas por ela desde a década de 1920, não teriam mais sentido no último quartel do século XX. De fato, em 1978, a FEB partiu para uma postura próxima a defendida pelo jornal de Pereira Guedes, ao negar o estatuto de espíritas às manifestações mediúnicas ocorridas nas Religiões Afro-Brasileiras. A nova postura da FEB aparece com clareza no seu órgão oficial, “O Reformador”:

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, na sua condição de Casa-Mater do Espiritismo no Brasil e de legítima representante do Movimento Espírita Brasileiro, não só por motivos tradicionais e estatutários, mas porque congrega efetivamente, em seu Conselho Federativo Nacional, as instituições federativas estaduais, a ela livremente adesas, as quais federaram, por sua vez, no mesmo regime de livre adesão, as mais representativas entidades espíritas legalmente constituídas em cada

Estado da República Federativa do Brasil, cumpre o dever de declarar aberta e definitivamente que:

1. É imprópria, ilegítima e abusiva a designação de ESPÍRITAS adotada por pessoas, tendas, núcleos, terreiros, centros, grupos, associações e outras entidades que, mesmo quando legalmente autorizadas a usar tal título, não praticam a Doutrina Espírita, tal como foi clara e formalmente definida no editorial de “Reformador” de setembro de 1977, Ano 95, nº 1782.

Concluindo

A leitura do “Almenara” traz alguns indícios bastante importantes para compreendermos o comportamento do Espiritismo frente às manifestações mediúnicas presentes na Umbanda e nas demais Religiões Afro-Brasileiras. Por um lado, podemos perseguir as intrincadas relações institucionais e doutrinárias tecidas a partir do final dos anos 1940, com o advento do Pacto Áureo. Por outro, podemos aferir a importância das Religiões Afro-Brasileiras para a compreensão destas relações. Em um momento em que essas religiões passam a ter uma visibilidade inusitada nas décadas anteriores, o Espiritismo resolveu posicionar-se frente a um fenômeno que desafiava o projeto de primazia da FEB sobre as manifestações mediúnicas no país. Contrariamente ao esperado em tais circunstâncias, sua posição foi, em um primeiro momento, mais propensa à conciliação com o universo cultural afro-ameríndio e, principalmente, com a Umbanda, a qual reclamava o estatuto de espírita, basicamente por uma questão de aproximação com um componente do campo mediúnico com uma maior reserva de capital simbólico e, portanto, de maior aceitação frente às elites intelectuais e ao estado. É aí que reside a importância de uma fonte como o “Almenara”, capaz de criticar o referido jogo conciliatório da FEB. O interessante é que a FEB, ao mudar seu posicionamento frente às manifestações dos Caboclos e Pretos Velhos da Umbanda no último quartel do século XX, estava justamente tentando ampliar o seu domínio frente à diversidade mediúnica existente. Justamente quando a FEB aproximou-se da postura do “Almenara” em relação à doutrina, quando adotou uma postura menos “ecumênica” frente à diversidade mediúnica nativa, o fez em um contexto de centralização institucional e doutrinária, que foi ferrenhamente contestada, no passado, pelo “Almenara”.

Referências

RAMOS, Arthur. **Aculturação Negra no Brasil**. SP: Ed. Nacional, 1942.

_____. **O Negro Brasileiro**. SP: Ed. Nacional, 1940

GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, Vagner (org.). **Caminhos da alma**. São Paulo: Summus, 2002.

SANTOS, Jocélio Telles dos. **Os caboclos nos candomblés da Bahia**. Salvador: Sarah Letras, 1995.

Cinquentenário do Pacto Áureo. **Reformador**. Rio de Janeiro, n. 2047, p. 7, out. 1999. p. 3.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. p. 17 – 23.

QUINTELLA, Mauro. **História do Espiritismo no Brasil**. pp. 39 – 40.

MACHADO, Leopoldo. **A Caravana da Fraternidade**. Rio de Janeiro: FEB, 2010. pp.351 – 370.

GUEDES, Antonio Pereira. Os Próprios Espíritas decretam a Falencia do Espiritismo no Brasil. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 1, ago. 1952.

GUEDES, Antonio Pereira. Os Próprios Espíritas decretam a Falencia do Espiritismo no Brasil. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, ago. 1952.

GUEDES, Antonio Pereira. A verdade acima de tudo. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, out. 1952.

GUEDES, Antonio Pereira. O Espiritismo É Espiritismo. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, jan. 1953.

GUEDES, Antonio Pereira. Ontem e Hoje. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, mai. 1953.

GUEDES, Antonio Pereira. Ontem e Hoje (ESCLARECENDO DÚVIDAS). **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, jun. 1953.

GUEDES, Antonio Pereira. FALANDO CLARO, COMO SEMPRE. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, jul. 1953.

CAVALCANTI, Rodolfo Coelho. O Espiritismo e a Umbanda. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 11, jul. 1953.

ABREU FILHO, Júlio. A Carapuça ao seu fabricante. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 15, jul. 1953.

SOUZA, Antônio Eliezer Leal de. **O Espiritismo, a Magia e as Sete Linhas da Umbanda**. São Paulo: Editora do Conhecimento, 2008. [1933].

GUEDES, Antonio Pereira. Umbanda Não é Espiritismo. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 3, ago. 1953.

GUEDES, Antonio Pereira. Doutrina. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 1, ago. 1956.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **As coletividades anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

GUEDES, Antonio Pereira. Conclusões Finais. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 1, mai. 1958.

PIRES, J. Herculano. Doutrina e Não Mediunismo. **Almenara**, Rio de Janeiro, p. 7, nov. 1959.

Declaração Oficial. **Reformador**. Rio de Janeiro, ano 96. n. 1.787, fev. 1978. p. 46.

Artigo recebido em 28 de novembro de 2013. Aprovado em 02 de fevereiro de 2014.

Notas

¹ Edson Carneiro salientou, inclusive, esta presença no Jongo, dança, originalmente, de fortes traços religiosos, nos quais uma série de práticas denotava a presença dos espíritos, como, por exemplo, no ato de usar o fogo, tanto para dar afinação aos instrumentos tocados, quanto para iluminar as almas dos antepassados. Também notou a presença de atos propiciatórios à ajuda dos espíritos dos jongueiros velhos já falecidos. CARNEIRO, Édson. **Os Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

² O jornalista Antônio Pereira Guedes, que por longos anos fizera parte da Federação Espírita Brasileira, foi no dia 14 de janeiro de 1950 sumariamente eliminado do quadro social dessa instituição pelo fato de opor-se às

decisões de Wantuil de Freitas. Pereira Guedes morreu aos 84 anos de idade, no dia 23 de outubro de 1980. Conforme RIZZINI, Jorge. **J. Herculano Pires: O apóstolo de Kardec**. São Paulo: Editora Paideia, 2001.p. 100.

³ O periódico foi editado na Cidade do Rio de Janeiro de agosto de 1952 a dezembro de 1962.

⁴ Esse mesmo jogo discursivo existia entre os intelectuais da Umbanda, o Candomblé, a Macumba e a Quimbanda, tentando a primeira portar-se longe das três últimas. O grande esforço realizado pelos intelectuais da Umbanda na tentativa de aproximação com o Espiritismo e a concomitante tentativa de afastamento das demais religiões de matiz africana encontramos em ISAIA, Artur César. **Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX**. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, n. 11, p. 97-120, 1999.

⁵ Sobre a apropriação de Francisco Cândido Xavier como um bem simbólico pela Federação Espírita Brasileira, ver, entre outros: SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier: imaginário e representações simbólicas no interior das Gerais**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2002 (Dissertação de Mestrado em História) e **Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da “Minas Espírita”**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008 (Tese de doutorado em História).

⁶ Jean Baptiste Rostaing, nasceu em 15 de outubro de 1805, em Sègles, França, e morreu em 2 de janeiro de 1879, na cidade de Bordeaux, também na França. A partir de 1830 ingressou na advocacia, o que lhe permitiu atuar entre os anos de 1848 e 1849 como “Bastonário” (presidente) da Ordem dos Advogados de Bordeaux (1805 – 1879), foi o autor do livro “Os Quatro Evangelhos: Revelação da Revelação” publicado a primeira vez em maio de 1866 em Paris, França. Conforme MARTINS, Jorge Damas. História de Rostaing. [s.n.t.] 1987. pp. 29 – 30.

⁷ Ramatis é o nome atribuído a um espírito que seria o autor de dezenas de livros e textos escritos, por diversos médiuns sendo o mais famoso Hercílio Maes. Sua vasta bibliografia representa a principal fonte do “Espiritualismo Universalista”, responsável pela coordenação da *“Fraternidade da Cruz e do Triângulo”*, segundo os seguidores.